

**Compreendendo o
quadro legal e
institucional de
Governança,
Conservação e uso
sustentável dos mangais**



An initiative by:



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development



Centro do Direito Ambiental da IUCN



Providenciar conhecimentos a vários aspectos legais relativos ao ambiente



Assistir governos, juizes, procuradores ou outros parceiros com vista a obter um melhor entendimento dos aspectos legais sobre o ambiente



Apoiar a elaboração das ferramentas legais, políticas a nível internacional e nacional para assegurar a inclusão dos interesses nacionais

Principais áreas de trabalho



Áreas Protegidas



Conservação Marinha & Costeira



Crime Ambiental



Adaptação a mudanças climáticas



Regulação da água

Calendarização

Análise político-Jurídica

Revisão de literatura

Avaliação de estudos de casos em 7 países
por consultores jurídicos nacionais

Elaboração de policy
briefs

Transformando os
conselho em acções

Constatações comuns e
recomendações

Encontro dos
Consultores
jurídicos

Workshops
de
capacitação

Lançamento
de
publicação

2017

2018

2019

2020

Raízes emaranhadas e mudanças das marés

- Revisão do quadro nacional e internacional de governação e recomendações
- 7 estudos de casos:



RAÍZES EMARANHADAS E MUDANÇAS DAS MARÉS

GOVERNAÇÃO DOS MANGAIS PARA A CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL

Editado por Lydia Slobodian e Léa Badoz



An initiative by:



Recomendações



Adoptar plano ou política nacional específica



Conservação dos mangais, consagração do uso sustentável em normas constitucionais e obrigações internacionais



Assegurar a coordenação inter-institucional através de mecanismos de cooperação, comunicação e partilha de informação



Fortificar a capacidade institucional a todos níveis



Monitorar e promover a fiscalização e cumprimento



Adoptare medidas que assegurem a responsabilização, transparência, participação e acesso a justiça



Estabelecer inventário nacional dos mangais



Engajar comunidades, sectores privado e público



Consagrar incentivos para a conservação e uso sustentável



Considerar a abordagem de factores impulsionadores e medidas indirectas para a perda de mangais

7

MOÇAMBIQUE

UM CÃO COM DOIS MESTRES: GESTÃO FRAGMENTADA E INEFICIENTE DOS MANGAIS EM MOÇAMBIQUE

Por Manuel Castiano

Os mangais em Moçambique estão localizados principalmente nas áreas costeiras, deltas e estuários dos principais rios e são difundidos em todo o país. Devido à reconhecida função ecológica dos mangais na protecção das linhas costeiras de inundações e ciclones, preocupações relativas ao aumento de áreas dos mangais degradadas estão, por ora, no topo da agenda do governo de Moçambique, e consequentemente, expressou e criou as bases legais, estratégicas, políticas e constitucional que impacta na conservação, gestão e restauração dos mangais.

É necessário vontade política e engajamento conjunto de várias instituições do governo com uma função nos mangais, bem como de organizações da sociedade civil, comunidades locais e sector privado para promover a conservação dos mangais, embora haja conhecimento de já estar em curso a conjugação de esforços em algumas áreas.

Não obstante os compromissos nacionais e internacionais, Moçambique ainda enfrenta muitos desafios para domesticar instrumentos jurídicos internacionais e para assegurar a implementação efectiva de diversas e fragmentadas disposições legais, que causam dificuldades na compreensão e aplicação holística, consistente e compreensiva do quadro legal que governa os mangais de. Outro desafio está ligado à eficácia das áreas protegidas, ligado ao desenvolvimento da zona costeira, a descoberta dos recursos minerais na costa e o desenvolvimento das zonas húmidas e da aquacultura.

FACTOS ESSENCIAIS

POPULAÇÃO: ≈ 29 milhões

COBERTURA DOS MANGAIS: ≈ 337 000 ha.

INSTITUIÇÕES CHAVE RESPONSÁVEIS PELOS MANGAIS:

MIMAIP: Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca

MITADER: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MIREME: Ministério da Energia e Recursos Minerais

INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades



● Sítios de Ramsar que contêm mangais

PRINCIPAIS AMEAÇAS:



EXPLORAÇÃO EXCESSIVA



DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS



TURISMO



MINERAÇÃO



AGRICULTURA



SEDIMENTAÇÃO



POLUIÇÃO



EXPLORAÇÃO DE SAL



EROSÃO COSTEIRA

USOS PRINCIPAIS DOS MANGAIS:



CONSTRUÇÃO DE BARCOS



CONSTRUÇÃO DE BARREIRAS



CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA



POLOS DE CONSTRUÇÃO



CARVÃO/LENHA

INSTRUMENTOS LEGAIS RELEVANTES PARA OS MANGAIS

www.iucn.org/mangrovelaw



Metodologia

- Nível Instrumental:** Como os instrumentos legais nacionais e locais abordam ou referem aos mangais e actividades relacionadas a conservação, uso, restauração, e aproveitamento directo ou indirecto?
- Nível Institucional:** Como é que as instituições estão organizadas e como é elas funcionam na prática em relação a questões que afectam os mangais directa ou indirectamente?
- Nível comportamental:** Como é que os instrumentos e instituições afectam o comportamento dos utentes, funcionários do governo, comunidades, sociedade civil, e outros parceiros relativamente aos mangais?
- Nível dos resultados:** Como é que os instrumentos, instituições, e comportamentos de actores relevantes criam impacto na saúde dos mangais?

FACTOS ESSENCIAIS

POPULAÇÃO: + 29 milhões

COBERTURA DOS MANGAIS: = 337 000 ha.

INSTITUIÇÕES CHAVE RESPONSÁVEIS PELOS MANGAIS:

MIMAIP: Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca

MITADER: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MIREME: Ministério da Energia e Recursos Minerais

INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades



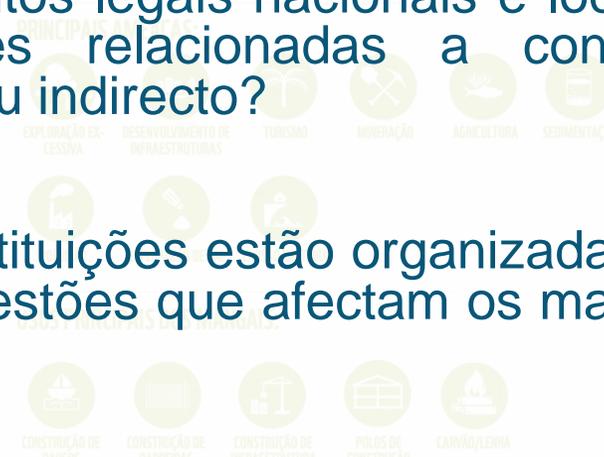
● Sítios de Ramsar que contêm mangais

Por Manuel Castiano

Os mangais em Moçambique estão localizados principalmente nas áreas costeiras, deltas e estuários dos principais rios e são considerados um dos ecossistemas mais produtivos do mundo. No entanto, a reconhecida fragilidade dos mangais nas áreas de segurança na costa.

É necessário fortalecer as instituições do governo com uma função não apenas regulatória, mas também de promoção da sociedade civil, comunidades locais e sector privado para promover a conservação dos mangais, embora haja conhecimento de já estar em curso a conjugação de esforços em algumas áreas.

Não obstante os compromissos nacionais e internacionais, Moçambique ainda enfrenta muitos desafios para desenvolver instrumentos jurídicos internacionais e para assegurar a implementação efectiva de divérsos instrumentos internacionais e nacionais. A falta de ligação e coordenação entre os recursos humanos e técnicos disponíveis para a implementação dos instrumentos internacionais e nacionais.



Workshop de Capacitação institucional

1-2 Julho 2019



Especialistas em direito



Governo



NGOs



Comunidades Locais



Sector Privado

Objectivos:

- Melhor entendimento do quadro legal
- Consolidar a capacidade para a implementação dos desafios
- Acelerar as relações inter-institucionais e inter-pessoais.



Relatório do Workshop disponível online:

http://www.mangrovealliance.org/wp-content/uploads/2019/10/Workshop-report_Mozambique_1-2-July-19.pdf

Policy Brief

MOÇAMBIQUE POLICY BRIEF

COMO PODE O QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO SER REFORÇADO PARA GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL E A CONSERVAÇÃO DOS MANGAIS?

Dezembro 2019



Os mangais são ecossistemas cruciais para a protecção da costa moçambicana contra os riscos climáticos que regularmente afectam o país, situação agravada pelas mudanças climáticas.

PARA RESOLVER A SITUAÇÃO:

Incluir os mangais na estrutura legal e política de desastres e erosão.

Adoptar ferramentas jurídicas e políticas específicas para a gestão de mangais e esclarecer o escopo da disposição criminal que proíbe o corte de mangais.

Garantir que nenhuma autorização para actividades em áreas de conservação seja concedida, de acordo com a lei e estabelecer a estrutura para Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) independentes.

O rápido desenvolvimento das indústrias de oil & gas no país, bem como o uso dos mangais, estão causando o esgotamento deste ecossistema.

AMEAÇAS A UMA FONTE IMPORTANTE DE PROTEÇÃO CONTRA DESASTRES

Mais de mil pessoas morreram nos ciclones Kenneth e Idai em 2019, e Moçambique sofreu danos no valor de mais de US \$ 750 milhões (48 bilhões de meticalis) em infraestruturas, edifícios e perdas de colheitas. Os mangais podem reduzir as ondas e as inundações ao longo da costa de Moçambique em 24%, pois oferecem uma protecção natural contra ciclones, tempestades e outros eventos semelhantes. O valor económico directo e indirecto dos mangais apenas no delta do Zambeze foi estimado em mais de US \$ 1 bilhão por ano.

continuar, Moçambique perderá valor económico significativo, além de protecção essencial contra futuros desastres.

AMEAÇAS PRINCIPAIS



No final dos anos 90 e início dos anos 2000, Moçambique possuía a segunda maior floresta de mangais de África cobrindo quase 400.000ha. Desde então, Moçambique perdeu mais de 60.000ha devido ao desenvolvimento de by mudanças climáticas e poluição. Se esta tendência

PERDA DE MANGAIS 1955-2018



A CRESCENTE AMEAÇA DA INDÚSTRIA DAS INDÚSTRIAS OIL & GAS

Hi uma crescente actividade de prospeção ao longo da costa moçambicana. A mineração de areia pesada e a construção de infraestruturas para apoiar a exploração de petróleo e gás são uma ameaça crescente para os mangais. O governo aprovou concessões e licenças para o levantamento de quase todas as áreas costeiras das províncias de Cabo-Delgado, Nampula, Zambézia e Gaza, incluindo regiões com importantes mangais.



HARMONIZAR O QUADRO POLÍTICO PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA COSTA

O quadro político actual de gestão dos mangais em Moçambique é inconsistente e incompleto. A Política de Pesca não reconhece a importância dos mangais, embora seja bem sabido que a pesca de camarão e de caranguejo depende inteiramente de mangais saudáveis. Como resultado de uma desconexão entre a Estratégia de Reflorestamento, o Plano de Acção de Erosão e o Plano Director de Redução de Riscos de Desastres, as áreas em risco de desastres naturais, em particular inundações, não têm correlação com as áreas designadas para reflorestamento.

RECOMENDAÇÕES

- Garantir que a nova Política Florestal e a Política de Pesca levem em consideração a importância da conservação dos mangais.
- Rever o Plano de Acção de Erosão, levando em consideração a restauração de mangais para proteger o ecossistema costeiro da erosão e incluir mangais dentro da estrutura legal e política de gestão de desastres e erosão.

DESENVOLVIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS ESPECÍFICAS PARA OS MANGAIS

O quadro legal que rege os mangais em Moçambique é altamente fragmentado, levando a grandes inconsistências que comprometem a conservação dos mangais. Isso poderia

RECOMENDAÇÕES

- Adoptar e implementar uma ferramenta legal dedicada aos mangais, através de um Decreto do Conselho de Ministros, e estabelecer um sistema adequado de monitoramento e vigilância que será baseado e sustentado pela Estratégia e Plano de Acção dos Mangais.
- Além da moratória sobre a pesca em zonas de mangais, adote-se medidas de gestão de mangais sob quadro legal de pesca e mapear áreas para viveiros de crustáceos nos mangais e proteger.
- Rever o Código Penal para estabelecer um período limitado para o início de procedimento criminal sobre toda
- conduta que atente contra o ambiente, dadas as dificuldades de comprovar os danos e a incerteza temporal de sua ocorrência.
- Esclarecer o artigo 353 do Código Penal, fornecendo uma lista de ecossistemas protegidos mencionados no artigo.
- Na Lei revista dos Tribunais Marítimos, inclua mangais nas funções e competências desses tribunais.
- Rever a Lei de Conservação para permitir a designação de áreas protegidas específicas para mangais, conforme previsto na Policy brief.

2 POLICY BRIEF

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura institucional que governa os mangais em Moçambique é altamente diversificada e apresenta um elevado número de instituições com mandatos sobrepostos, criando confusão sobre as responsabilidades institucionais e paralisando acções significativas.



RECOMENDAÇÕES

- Estabelecer um mecanismo de coordenação institucional para a gestão, a conservação e o monitoramento dos mangais. Garantir integração e coordenação adequadas entre diferentes sectores para implementar uma estrutura legal de mangais.
- Mantar equipes técnicas intersectoriais para controle de mangais e para garantir a aplicação da lei, pois aumentam a transparência e minimizam as oportunidades de interferência e corrupção.

AVALIANDO OS IMPACTOS DOS DESENVOLVIMENTOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA

A autorização para actividades prejudiciais ainda é concedida em áreas de conservação apesar das disposições da Lei de Conservação que as proíbem. Essa situação é parcialmente induzida pelo facto de a Política de Mineração afirmar que, em caso de conflito entre a mineração e quaisquer outros usos e ocupações, as actividades de mineração prevalecem. Se a conservação for considerada um desses usos da terra, essa política compromete os objectivos de conservação, mas essa interpretação entra em conflito com as disposições da Lei de Conservação. Os AIAs não são realizados de maneira independente, dificultando ainda mais a governação eficaz.



RECOMENDAÇÕES

- Promover a adesão rigorosa à Lei de Conservação e garantir que cada Ministério responsável se abstenha de emitir autorizações especiais para actividades em áreas de conservação que possam impactar directa ou indirectamente os mangais.
- Apelar o Ministério Público na condução de estudos de AIAs independentes, através de instituições nacionais de pesquisa.
- Reavaliar a política de mineração para reforçar a importância da conservação.
- Exigir uma revisão independente obrigatória da AIA e garantir que os promotores dos projectos tenham um seguro válido para compensar qualquer degradação dos ecossistemas de acordo com a Lei Ambiental.

POLICY BRIEF 3



© James Marger / WWF-US

FORTALECER E IMPLEMENTAR COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Compromissos Internacionais	Situação	Recomendações
Primeira contribuição nacionalmente determinada de Moçambique (2018)	Não menciona especificamente mangais e concentra-se no aumento da resiliência e adaptação.	Incluir especificamente os mangais como um importante ecossistema para a resiliência climática, no segundo NDC.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas	Identifica os mangais como um ecossistema crítico e estabelece uma meta para reduzir em pelo menos 20% a área de ecossistemas críticos em degradação e fragmentação, desenvolvendo e implementando planos específicos de gestão de ecossistemas e criando mecanismos de incentivo.	Aprovar uma estratégia e um plano de acção nacional para mangais através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca.
Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Acção (2015-2035)		
Convenção sobre Diversidade Biológica		
Compromissos Voluntários de Acção Oceânica	Compromete-se a restaurar pelo menos 5.000 ha de mangais através da implementação de um Plano Estratégico e de Acção para os Mangais até 2022.	
Objectivo 14 de Desenvolvimento do Milénio		

FONTES E LETURA ADICIONAL

Blankepoort, B., Dasgupta, S. and Lange, G. M. (2017). Mangroves as a protection from storm surges in a changing climate. *Ambio* 46(4):478-491.

Castano, M. (2019). "Mozambique: a dog with two masters: fragmented and ineffective management", in Slobodan, L. N., Badoz, L. (eds). *Tangled Roots and Changing Tides: mangrove governance for conservation and sustainable use*. WWF Germany, Berlin, Germany and IUCN, Gland, Switzerland. Informações adicionais, não especificadas neste Policy Brief, podem ser encontradas na publicação principal. Shapiro, A. (2018). *Mozambique mangrove mapping via satellite from 1994-present*. WWF Germany.

4 POLICY BRIEF



As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente as da IUCN/WWF ou WWF.
Este resumo de política foi elaborado com base num estudo abrangente de governação dos mangais em Moçambique e nos resultados de um seminário organizado em 1-2 de Julho de 2019, realizado sobre as partes interessadas na gestão dos mangais em Moçambique. Foi parte do trabalho da Iniciativa Sea Our Mangrove Rise para desenvolver as melhores práticas de gestão e governação de mangais na Região Oeste do Oceano Índico.

Policy Brief

MOÇAMBIQUE POLICY BRIEF

COMO PODE O QUADRO REFORÇADO PARA GARANTIR A CONSERVAÇÃO DOS MANGAIS

2019

Valor dos mangais

2 POLICY BRIEF

PERDA DE MANGAIS 1955-2018

AMEAÇA AOS MANGAIS

Ameaça aos mangais

2 POLICY BRIEF

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

LACUNAS LEGAIS E INSTITUCIONAIS & RECOMENDAÇÕES

Lacunas legais e institucionais & recomendações

2 POLICY BRIEF

FORTALECER E IMPLEMENTAR COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Compromissos Internacionais

Compromissos Internacionais	Situação	Recomendações
Primeira conferência nacionalmente de Moçambique		
Convenção Espécies Raras		
Convenção Espécies Ameaçadas		
Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Acção (2015-2031)		
Convenção sobre Diversidade Biológica		
Compromissos Voluntários de Acção Oceânica		
Objetivo 14 de Desenvolvimento do PIB		

4 POLICY BRIEF



Valor dos mangais

- Os mangais podem reduzir as ondas e as inundações ao longo da costa de Moçambique em **24%** (Kenneth e Idai - mais de **US \$ 750 milhões** (48 bilhões de meticais) em infraestruturas, edifícios e perdas de colheitas).



- O valor económico directo e indirecto dos mangais, apenas no delta do **Zambeze** foi estimado em mais de **US \$ 1 bilhão por ano**.



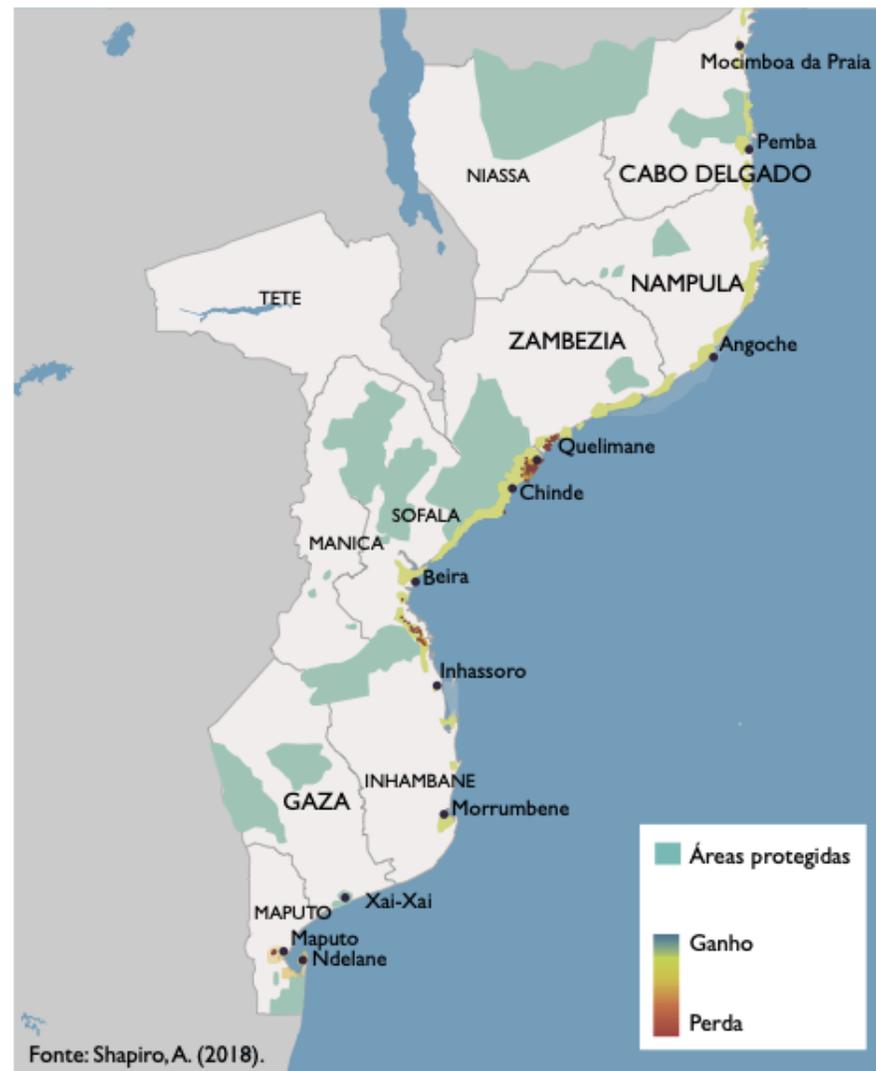
Ameaças aos mangais



O final dos anos 90 e início dos anos 2000, Moçambique possuía a segunda maior floresta de mangais de África cobrindo quase 400.000ha.

Desde então, Moçambique perdeu **mais de 60.000ha** devido ao desenvolvimento, mudanças climáticas e poluição.

PERDA DE MANGAIS 1955-2018





**Lacunas Legais e
institucionais
& recomendações**

1. Harmonizar o Quadro Político para Garantir a Protecção da Costa
2. Desenvolvimento de Disposições Legais Específicas para os Mangais
3. Capacitação Institucional
4. Avaliação dos Impactos dos Desenvolvimentos de Mineração e Infraestrutura



Lacunas Legais e institucionais & recomendações

1. Harmonizar o Quadro Político para Garantir a Protecção da Costa



O quadro político actual de gestão dos mangais em Moçambique é inconsistente e incompleto

RECOMENDAÇÕES



- **Nova Política Florestal e a Política de Pesca** levem em consideração a importância da conservação dos mangais.
- Incluir mangais dentro da estrutura legal e política de **gestão de desastres e erosão**.



Lacunas Legais e institucionais & recomendações

2. Desenvolvimento de Disposições Legais Específicas para os Mangais



O quadro legal que rege os mangais em Moçambique é altamente fragmentado, levando a grandes inconsistências que comprometem a conservação dos mangais.

RECOMENDAÇÕES



- Adotar e implementar uma **ferramenta legal dedicada aos mangais**
- Além da **moratória sobre a pesca em zonas de mangais**, adote se medidas de gestão de mangais sob quadro legal de pesca
- Estabelecer um **período ilimitado para o início de procedimento criminal** sobre toda conduta contra o ambiente
- Esclarecer o artigo 353 do Código Penal, fornecendo uma **lista de ecossistemas protegidos** mencionados no artigo. Situação alterada em 2019 para pior com a supressão deste artigo do Código Penal
- Inclua mangais nas funções e competências dos **Tribunais Marítimos**
- Permitir a designação de **áreas protegidas específicas para mangais**



Lacunas Legais e institucionais & recomendações

3. Capacitação Institucional



A estrutura institucional é altamente diversificada e apresenta um elevado número de instituições com mandatos sobrepostos, criando confusão sobre as responsabilidades institucionais e paralisando acções significativas.



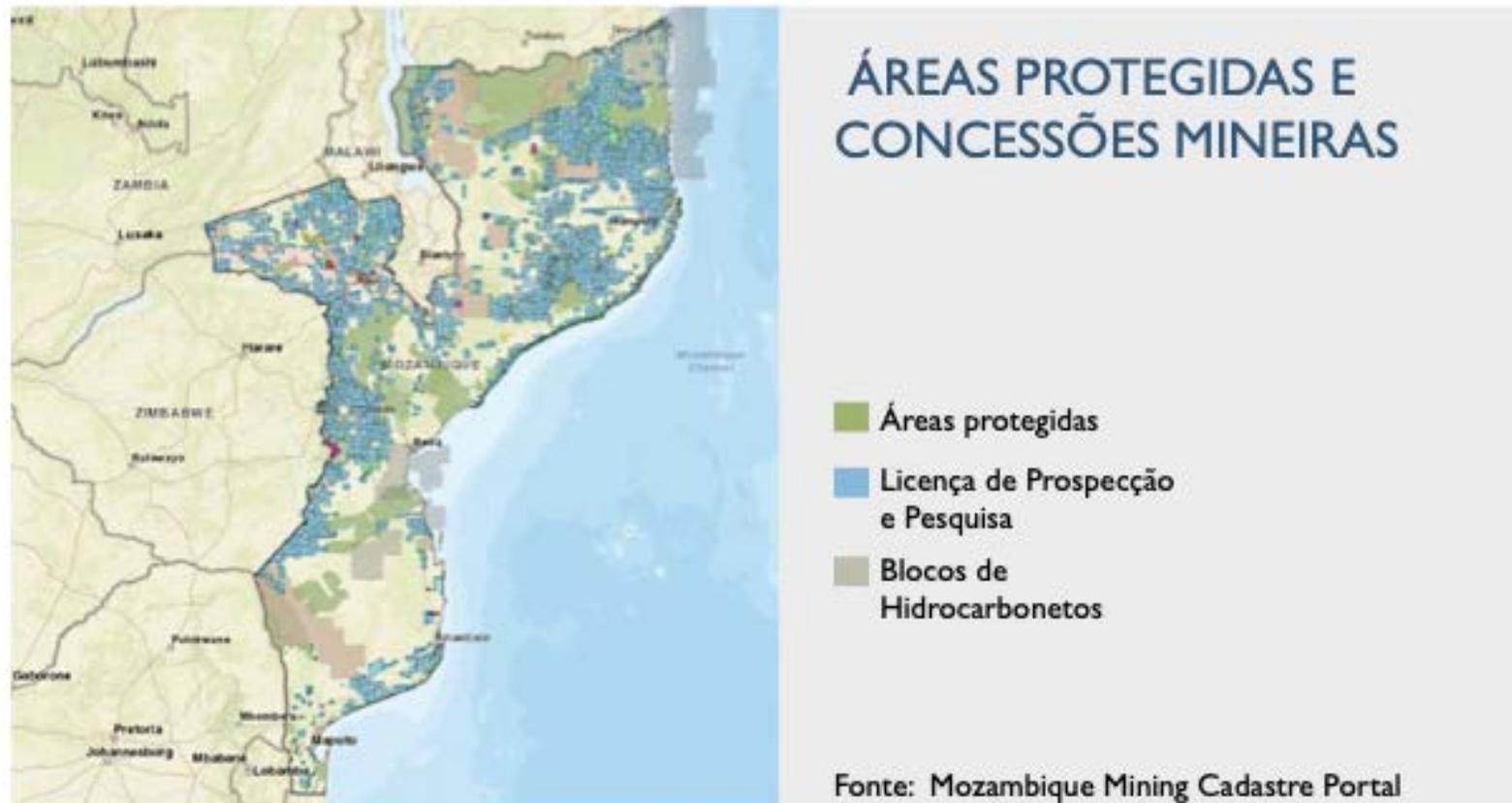
RECOMENDAÇÕES

- Estabelecer um **mecanismo de coordenação institucional** para a gestão, conservação e o monitoramento dos mangais.
- **Manter equipes técnicas intersectoriais** para controle de mangais e para garantir a aplicação da lei, pois aumentam a transparência e minimizam as oportunidades de interferência e corrupção



Lacunas Legais e institucionais & recomendações

4. Avaliando os Impactos dos Desenvolvimentos de Mineração e Infraestrutura





Lacunas Legais e institucionais & recomendações

4. Avaliando os Impactos dos Desenvolvimentos de Mineração e Infraestrutura



- A autorização para actividades prejudiciais ainda é concedida em áreas de conservação, apesar das disposições da Lei de Conservação que as proíbem
- Política de Mineração afirmar que, em caso de conflito entre a mineração e quaisquer outros usos e ocupações, as actividades de mineração prevalecem

RECOMENDAÇÕES



- **Promover a adesão rigorosa à Lei de Conservação** e garantir que **cada Ministério responsável se abstenha de emitir autorizações** que possam impactar directa ou indirectamente os mangais
- Exigir uma **revisão independente obrigatória da AIA** e garantir que os promotores dos projectos tenham um seguro válido para compensar qualquer degradação dos ecossistemas
- Apoiar o **Ministério Público na condução de estudos de AIAs independentes**, através de instituições nacionais de pesquisa
- Reavaliar a política de mineração para **reforçar a importância da conservação**



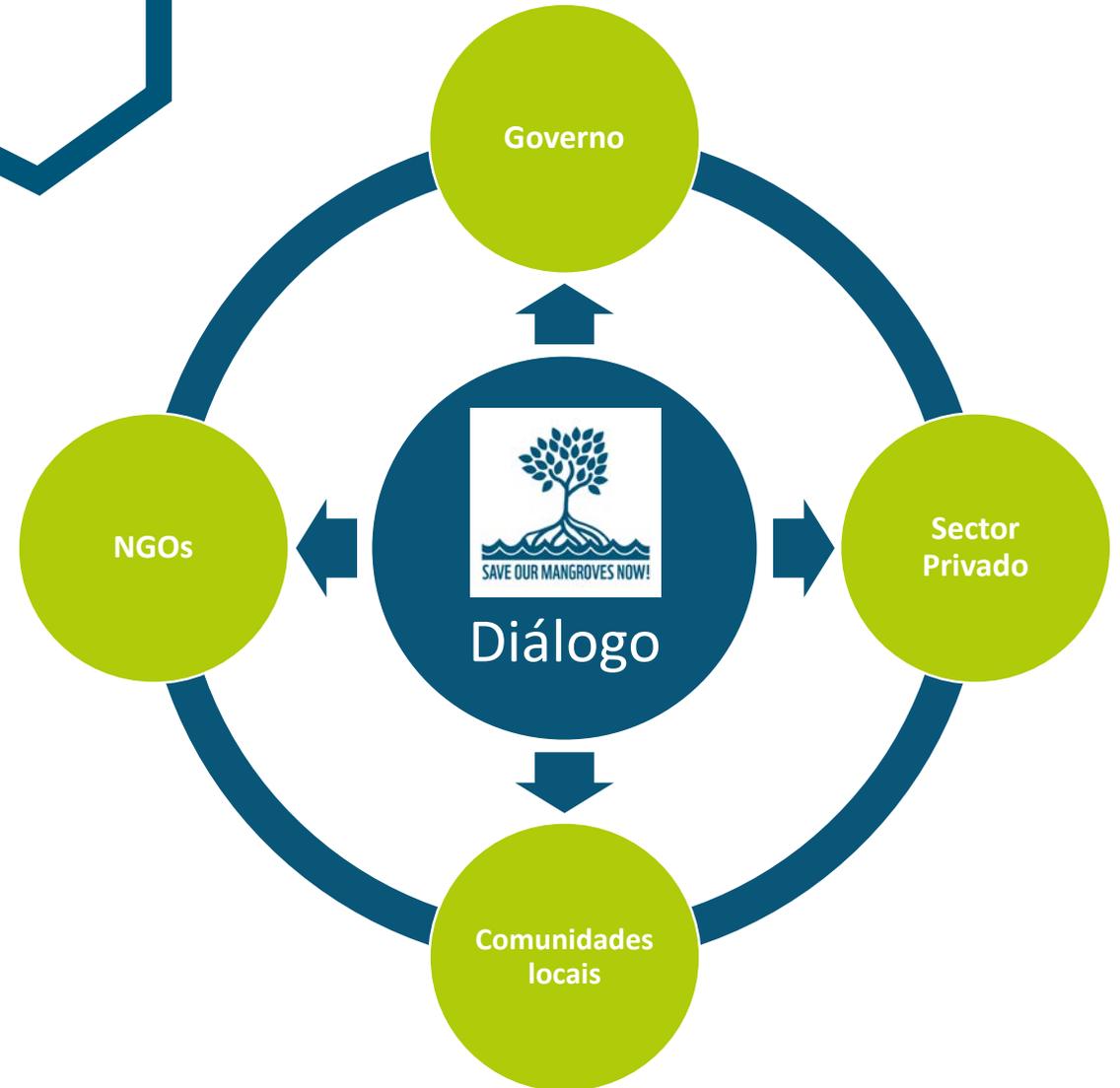
Compromissos Internacionais

Compromissos Internacionais	Situação	Recomendações
<p>Primeira contribuição nacionalmente determinada de Moçambique (2018)</p> <p>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas</p>	<p>Não menciona especificamente mangais e concentra-se no aumento da resiliência e adaptação.</p>	<p>Incluir especificamente os mangais como um importante ecossistema para a resiliência climática, no segundo NDC.</p>
<p>Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Acção (2015-2035)</p> <p>Convenção sobre Diversidade Biológica</p>	<p>Identifica os mangais como um ecossistema crítico e estabelece uma meta para reduzir em pelo menos 20% a área de ecossistemas críticos em degradação e fragmentação, desenvolvendo e implementando planos específicos de gestão de ecossistemas e criando mecanismos de incentivo.</p>	<p>Aprovar uma estratégia e um plano de ação nacional para mangais através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.</p>
<p>Compromissos Voluntários de Acção Oceânica</p> <p>Objectivo 14 de Desenvolvimento do Milénio</p>	<p>Compromete-se a restaurar pelo menos 5.000 ha de mangais através da implementação de um Plano Estratégico e de Acção para os Mangais até 2022.</p>	

Sugestões para próximos passos

Engajar todas as partes interessadas no processo de diálogo para a disseminação das constatações do policy brief

- Enviar cópias e email aos decisores e oficiais seniors do governo
- Redes sociais atingindo respectivos escritórios
- Eventos paralelos durante conferências internacionais
- Workshop com todas as partes interessadas no processo de diálogo



Obrigado!

lea.badoz@iucn.org

 [SaveOurMangrovesNow.org](https://www.SaveOurMangrovesNow.org)

 [@MangrovesNow](https://twitter.com/MangrovesNow)



An initiative by:



#humangroves